

# RELATÓRIO DE INICIATIVAS GESTÃO 2019/2021



## INTRODUÇÃO

Trata-se do Relatório de Iniciativas do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, que consolida as principais ações realizadas para cumprimento dos objetivos estratégicos do órgão no exercício de 2019 e no primeiro semestre de 2020. O intuito deste documento é propiciar uma visão geral da gestão 2019/2021 aos servidores, magistrados, partes, advogados e a sociedade em geral. O relatório está estruturado em 11 (onze) objetivos estratégicos, contendo as iniciativas mais relevantes e os resultados alcançados.

 <b>PROMOVER A MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS E DA QUALIDADE DE VIDA</b>	
<b>INICIATIVAS</b>	<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>
Instituição da Política de Governança e Gestão de Pessoas (RA nº 79/2019) e do Plano de Contribuição de Gestão de Pessoas do TRT18 (Portaria GP/SGGOVE/SGPe nº 2356/2019).	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelecimento de diretrizes, princípios e responsabilidades para a gestão de pessoas no Tribunal; e</li><li>• Definição de iniciativas, indicadores e metas a serem alcançados pelas unidades de gestão de pessoas até o final de 2020.</li></ul>
Realização do projeto piloto de Gestão por Competências na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Revisão das matrizes de competências da unidade;</li><li>• Avaliação das competências dos servidores;</li><li>• Identificação das lacunas de competências dos servidores; e</li><li>• Fornecimento de subsídios para elaboração do Plano Anual de Capacitação de TI - PACTIC 2020. □ Obs: 21% (vinte e um por cento) do PACTIC é oriundo da iniciativa em questão.</li></ul>
Aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação de Desempenho - SAD, com a inclusão de campo específico para informação, pelo gestor avaliador, das necessidades técnicas e comportamentais de capacitação do servidor avaliado.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Identificação e documentação das necessidades individuais de capacitação durante o processo de avaliação de desempenho dos servidores; e</li><li>• Emissão de relatório geral com 55 (cinquenta e cinco) sugestões de capacitação extraídas das avaliações de desempenho realizadas entre janeiro e outubro de 2019.</li></ul>

<p>Identificação e tratamento das inconsistências de pagamento de benefícios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação de 598 (quinhentos e noventa e oito) divergências entre a forma de registro da informação no SIGEP e no MGE;</li> <li>• Tratamento de todas as divergências que geravam valores equivocados nos sistemas de folha de pagamento MGE e FolhaWeb; e</li> <li>• Autuação de processos administrativos para tratamento das irregularidades na concessão e eventuais suspensão e/ou devolução de benefícios.</li> </ul>
<p>Oficina de Identificação das Ocupações Críticas do TRT da 18ª Região e correspondentes perfis profissionais desejados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação de 25 (vinte e cinco) ocupações críticas;</li> <li>• Estabelecimento das ocupações críticas através da PORTARIA TRT 18ª GP/SGGOVE/SGPe Nº 825/2020;</li> <li>• Identificação de possibilidades de segregação de funções críticas;</li> <li>• RA TRT 18ª 36/2020, que altera a RA TRT 18ª 70/2018, instituindo novas possibilidades de segregação de funções críticas;</li> <li>• Identificação das competências necessárias para as ocupações críticas identificadas; e</li> <li>• Emissão de relatório, encaminhado à Escola Judicial, com a sugestão de 130 (cento e trinta) ações de capacitação voltadas às competências identificadas.</li> </ul>
<p>Informatização do controle da frequência dos servidores e estagiários, do registro das diligências mensais cumpridas pelos oficiais de justiça e das folgas compensatórias dos servidores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Simplificação do processo de frequência;</li> <li>• Cumprimento, pelos gestores das unidades, do prazo estabelecido pela Administração para o envio das informações à SGPe referente a frequência e diligências;</li> <li>• Automatização dos efeitos financeiros da frequência e das diligências; e</li> <li>• Redução dos riscos referente ao controle das folgas compensatórias, uma vez que o antigo controle era realizado em várias planilhas (excel).</li> </ul>
<p>Pagamento das remunerações de magistrados e servidores do TRT da 18ª Região pelo novo sistema de folha de pagamento da JT - FolhaWeb, a partir de outubro/2019.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saneamento da base cadastral do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da JT - SIGEP (para a confecção da folha de pagamento, o sistema FolhaWeb extrai as informações do SIGEP);</li> <li>• Automatização de todas as consignações facultativas em folha</li> </ul>

	<p>de pagamento do Tribunal, bem como adequação ao sistema FolhaWeb;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Viabilização do uso do extrator do CSJT para envio de informações para o repositório do e-Social; e</li><li>● Cumprimento das determinações do CSJT e TCU.</li></ul>
<p>Encontro dos estagiários do TRT18.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>● Ampla adesão do público-alvo, potencializada inclusive pela disponibilização de transmissão <i>online</i> em tempo real para atender a estagiários lotados em unidades do interior;</li><li>● Prestação de informações relevantes para os estagiários, notadamente em termos de direitos e deveres previstos na Lei do Estágio (11.788/2008), e saneamento de dúvidas recorrentes; e</li><li>● Oportunização de momentos de interação entre os estagiários do órgão e destes com a Administração, proporcionando senso de pertencimento.</li></ul>
<p>Terceirização do Programa de Estágio Supervisionado.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>● Ampliação da gama de serviços administrativos prestados pelo agente de integração (CIEE), gerando maior eficiência do gasto com a contratação e possibilitando redução da equipe de trabalho responsável pela condução do programa de estágio;</li><li>● Transferência da realização dos processos seletivos para o agente de integração, repercutindo em redução dos custos pertinentes, à medida que na taxa de administração paga mensalmente, dotada de valor fixo, já está incluída a realização dos certames;</li><li>● Maior agilidade nos trâmites relativos à convocação e contratação de estagiários, bem como na comunicação junto às instituições de ensino superior para o trato de questões burocráticas inerentes ao estágio supervisionado;</li><li>● Redução de cerca de 30% (trinta por cento) do quantitativo</li></ul>

	<p>total de folgas compensatórias concedidas no âmbito do Tribunal, por conta da terceirização dos processos seletivos; e</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Redução de gastos com o pagamento de substituições provenientes de gozo das citadas folgas compensatórias (no caso dos servidores que, no antigo cenário - anteriormente à terceirização, substituíam os respectivos gestores nas folgas geradas pelo trabalho realizado durante os referidos processos seletivos).</li></ul>
<p>Nova regulamentação do Programa de Estágio Supervisionado do TRT-18 (Portaria TRT 18ª GP/DG/SGPe nº 877/2020)</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aperfeiçoamento de aspectos procedimentais inerentes ao estágio supervisionado;</li><li>• Elucidação de dúvidas frequentemente levantadas por estagiários e supervisores de estágio em relação a direitos e prerrogativas previstos em bases normativas diversas e que, por vezes, ocasionaram interpretações equivocadas;</li><li>• Previsão de um período de experiência de 60 (sessenta) dias conferido ao estagiário quando do seu ingresso no TRT-18 e aplicado também a cada eventual movimentação entre unidades de lotação, com a finalidade de permitir a ambientação ao local e à equipe de trabalho, o recebimento de orientações e diretrizes do supervisor do estágio, e, ainda, a assimilação de procedimentos e rotinas relacionadas ao desenvolvimento de suas atividades, sendo de 120 (cento e vinte) dias o período de experiência aplicado aos estagiários com deficiência;</li><li>• Concessão de direito a ausências remuneradas em virtude de casamento, falecimento de familiar, nascimento de filho, doação de sangue, serviços prestados à Justiça Eleitoral, cumprimento de encargos legais e participação em eventos e programas de cunho acadêmico que sejam realizados em horário simultâneo ao turno de realização do estágio, bem como faltas por motivo de saúde;</li><li>• Possibilidade de parcelamento do recesso remunerado (férias) em até 3 (três) etapas;</li><li>• Possibilidade do pagamento, na ocasião do desligamento por qualquer motivo, a título de indenização, de eventual saldo de</li></ul>

	<p>dias de recesso remunerado (férias) não usufruídos pelo estagiário.</p>
<p>Nova regulamentação do Auxílio-Saúde (Portaria TRT 18ª GP/SGPe nº 2556/2019).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Simplificação da comprovação de despesas por parte do beneficiário do auxílio que não possui consignação do plano de saúde em folha de pagamento;</li> <li>• Informatização do processo de comprovação de despesas com planos de saúde; e</li> <li>• Redução do volume de trabalho da Divisão de Informações Funcionais para controle do auxílio-saúde.</li> </ul>
<p>Recadastramento Anual de Informações Funcionais - RAIF.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização periódica do cadastro funcional de magistrados e servidores do TRT 18ª Região por meio de sistema informatizado; e</li> <li>• Criação de mecanismo para detecção de irregularidades no recebimento de benefícios concedidos pelo TRT da 18ª Região.</li> </ul>
<p>Instituição da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual (Portaria TRT 18ª SGP nº 1512/2019).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento de diretrizes para coibir condutas que configurem assédio moral e sexual no âmbito do TRT da 18ª Região.</li> </ul>
<p>1ª Olimpíada da Ergonomia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conscientização quanto às medidas preventivas, como participação na ginástica laboral, auto-ajuste do posto de trabalho, realização de pausas, bem como orientações e ajustes individuais nos postos.</li> </ul>

Curso teórico-prático de primeiros socorros na capital e no interior.	<ul style="list-style-type: none"><li>• 249 participantes no curso teórico-prático sobre engasgo, quedas e infarto.</li></ul>
Setembro Amarelo (campanha brasileira de prevenção ao suicídio).	<ul style="list-style-type: none"><li>• Realização de oficinas de <i>mindfulness</i> em todas as unidades da capital. As oficinas estiveram voltadas à prevenção do suicídio e à promoção da saúde mental, com vistas à redução dos riscos psicossociais do trabalho.</li></ul>
Dia D da Saúde.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Palestra sobre saúde mental, maratona Degraus, prevenção ao câncer de mama, orientações de saúde bucal, quick massage, auriculoterapia, campanha de doação de sangue, orientação nutricional, aferição de pressão arterial e medição de glicemia. Contou com 328 participantes.</li></ul>
Seminário de Combate ao Assédio Moral e Sexual.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conscientização sobre o tema assédio moral e as formas de prevenção e combate.</li></ul>

<p>Pesquisa de saúde geral durante a pandemia</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>● 215 participantes, com o levantamento de dados de saúde, adaptação ao isolamento social imposto pela pandemia.</li><li>● Mais de 20 ações propostas e implementadas, diretamente voltadas para a melhoria dos dados levantados.</li></ul>
<p>Programa mantenha-se ativo</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>● Oferecimento de aulas de Ginástica laboral por meio virtual, diariamente, 3x ao dia durante a suspensão das atividades presenciais; e</li><li>● Oferecimento de aulas de treino funcional 2x por semana, por meio virtual, durante a suspensão das atividades presenciais.</li></ul>
<p>Fisioterapia e ergonomia por meio virtual</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>● Palestra online (Live) sobre adaptação dos postos de trabalho e autocuidado;</li><li>● Produção de material digital e orientações personalizadas, sob demanda, para aquisição de equipamentos de trabalho, organização de home office e postura ergonômica no trabalho; e</li><li>● Atendimento virtual de fisioterapia, com diagnóstico, prescrição e acompanhamento de tratamentos para dores e lesões.</li></ul>

<p>Programa conte conosco</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Grupo virtual de meditação <i>mindfulness</i> 3x por semana, 2x ao dia, com prática para melhoria da atenção, concentração e relaxamento.</li><li>• Apoio e acompanhamento psicológico de magistrados e servidores diagnosticados com COVID-19 ou que estejam vivenciando luto em decorrência da doença.</li><li>• Palestra virtual (Live) sobre os impactos da pandemia sobre a saúde mental</li><li>• Produção de material digital com informações para lidar com as demandas do isolamento social</li><li>• Orientações a gestores, magistrados e servidores sobre estabelecimento de protocolos sanitários relacionados à pandemia</li></ul>
<p>SLC HUMANA (reunião/encontro mensal dos servidores da SLC nos quais são trabalhados temas voltados para o desenvolvimento pessoal, tais como empatia, respeito, reconhecimento, valorização, autoconhecimento, etc.)</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Maior integração da equipe;</li><li>• Melhoria no ambiente de trabalho e na comunicação;</li><li>• Incentivo ao crescimento pessoal; e</li><li>• Valorização do potencial dos servidores.</li></ul>

## TRT PARA TODOS

Foram realizadas cinco etapas do projeto “**TRT PARA TODOS - 2ª Edição**”, com a participação dos servidores da área administrativa e dos magistrados e servidores das Varas do Trabalho do interior. Os encontros promoveram integração e disseminação de conhecimento e boas práticas.

### Área Administrativa



## Área Judiciária



1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Anápolis, Goianésia, Goiás, Ceres, Uruaçu e PA de Porangatu



VTs de Caldas Novas, 1ª e 2ª de Itumbiara, Goiatuba, Catalão, Palmeiras de Goiás e PA de Pires do Rio



1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Rio Verde, Quirinópolis, Mineiros, Jataí, São Luís de Montes Belos e PA de Iporá



1ª, 2ª e 3ª VTs de Aparecida de Goiânia, Formosa, Posse, Luziânia e Valparaíso



O Tribunal realizou pesquisa sobre a saúde geral durante a pandemia e as ações realizadas para mitigar os efeitos do trabalho remoto na saúde física e mental. No total, participaram 215 servidores e magistrados. Foi instituído também o programa Conte Conosco que consiste em serviço de Assistência Psicossocial à disposição de magistrados, servidores e estagiários durante a pandemia da covid-19.

**➔ APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
<p>Instituição da Política de Governança e Gestão Orçamentária e de Contratações do TRT18 (RA nº 81/2019).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento de diretrizes, princípios e responsabilidades relativos à governança e gestão orçamentária e de contratações.</li> </ul>
<p>Treinamento dos gestores do Tribunal para utilização plena do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - SIGEO-JT.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação aos gestores dos dados necessários para o planejamento e execução orçamentária no SIGEO-JT.</li> </ul>
<p>Participação dos Comitês Orçamentários no levantamento das demandas e no planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação efetiva dos Comitês Orçamentários na discussão, definição e execução das demandas do Tribunal.</li> </ul>

Instauração do Comitê de Contratações

- Aprimoramento do Planejamento anual das contratações, proporcionando contratações mais eficientes e melhoria na execução orçamentária .

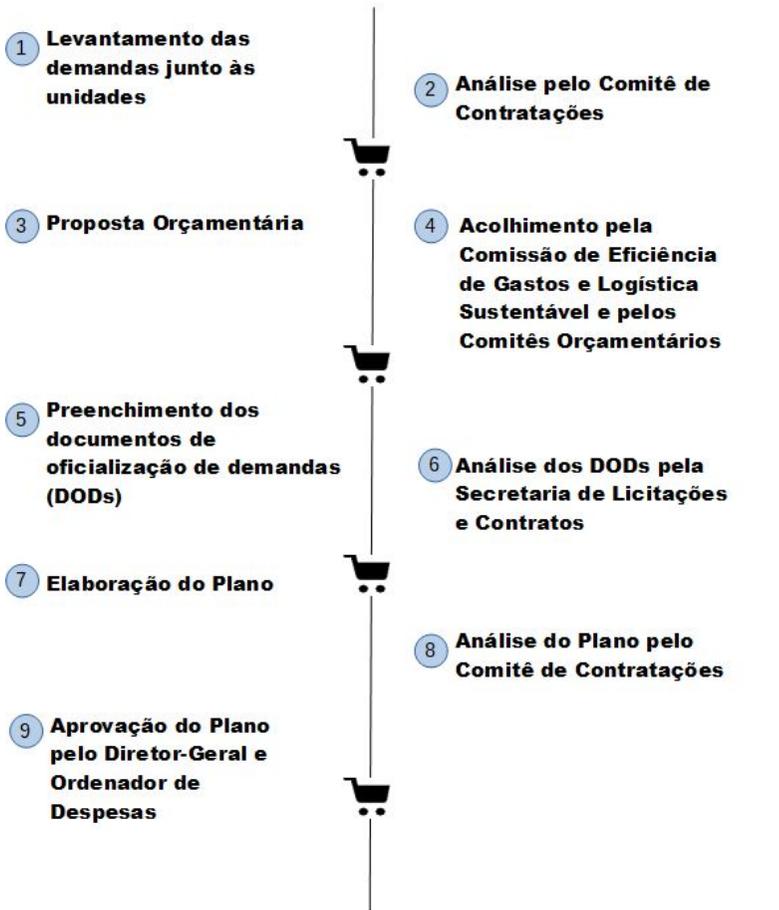


**Reuniões periódicas com os gestores de contratações para repassar orientações, mostrando as falhas comuns e as medidas para aperfeiçoamento.**

- **Resultados alcançados:** Execução de 99,82% das ações orçamentárias “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho” e “Publicidade Institucional e de Utilidade Pública”.

Novo modelo do Plano Anual de Contratações, denominado agora PLANO ANUAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, que encontra-se alinhado à Política de Governança e Gestão Orçamentária de Contratações.

COMO SE DÁ O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ORDINÁRIAS NO TRT DA 18ª REGIÃO





## GARANTIR INFRAESTRUTURA FÍSICA MODERNA E ADEQUADA

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Melhorias da infraestrutura física do Fórum Trabalhista de Goiânia, como a troca do piso do 9º andar, renovação do ar e criação da copa molhada da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como adequação de ambiente para criação da sala dos motoristas no Complexo.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Modernização e condições favoráveis para a qualidade do ar e conseqüente ambiente laboral, com melhor conforto para servidores e usuários.</li></ul>
Reforma, sem acréscimo de área construída, do Posto Avançado de Iporá, das Varas de Catalão, Ceres e Uruaçu, e do Foro de Rio Verde.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Modernização do Posto Avançado de Iporá e manutenção da infraestrutura física, com correção de infiltrações, fissuras, pintura e vazamentos nas VT de Catalão e Ceres e no Foro de Rio Verde, além de troca do piso e pintura na VT de Uruaçu.</li></ul>
Execução de caixa de escada no Foro de Anápolis, prumada de hidrante e casa de máquinas para adequar às normas do CBMGO.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Segurança em caso de incêndio.</li></ul>
Reparos (manutenção) nas Varas do Trabalho de Valparaíso, Caldas Novas, Quirinópolis, Aparecida de Goiânia, Goiatuba, Goianésia, Goiás, Palmeiras e Itumbiara.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Manutenção da infraestrutura física, melhores condições de trabalho e adequação às normas do Corpo de Bombeiros.</li></ul>
Adequação de ambiente para criação do CEJUSC no Foro de Itumbiara.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Adequação para proporcionar melhores condições de trabalho.</li></ul>
Troca de todos os quadros elétricos de iluminação, tomadas (comuns e estabilizadas) e ar condicionado do Ed. Ialba-Luza, bem como implementação de sistemas semi-automatizados.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Confiabilidade de toda a instalação elétrica de distribuição do Edifício.</li></ul>
Substituição de nobreaks no Fórum (data-center) e Ed. Ialba-Luza.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Disponibilidade da rede estabilizada e do data-center.</li></ul>
Implementação do sistema de automação do ar condicionado central do Fórum Trabalhista.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Controle automatizado do sistema de automação do ar condicionado central, com redução do consumo de energia.</li></ul>
Implementação de sistema de monitoramento remoto dos nobreaks das Varas do Trabalho do interior.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Monitoramento remoto dos nobreaks do interior.</li></ul>
Substituição de lâmpadas fluorescentes por LEDs nos pavimentos	<ul style="list-style-type: none"><li>● Redução de cerca de 50% das luminárias instaladas, com</li></ul>

sétimo, oitavo e nono andares do Fórum e implementação de sensores fotoelétricos e de movimento nas áreas comuns do Fórum.	consequente economia de energia.
Adaptação de toda instalação de incêndio no Fórum e no Ed. Ialba com adequação às normas do CBMGO.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança em caso de incêndio.</li> </ul>
Reforma geral com acréscimo de área da Vara de Formosa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modernização da Vara, proporcionando melhores condições de trabalho aos magistrados, servidores e jurisdicionados</li> </ul>



**Reforma geral, com acréscimo de área construída, na VARA DO TRABALHO DE FORMOSA.**

**Resultados alcançados:  
Modernização da Vara,  
proporcionando melhores condições de trabalho aos magistrados, servidores e jurisdicionados**



Finalização da 2ª fase da obra do Complexo Trabalhista, que incluiu execução dos serviços de fechamento externo, interno, cobertura, impermeabilização, parte das instalações e do acabamento.



Reforma geral na Vara do Trabalho de Ceres, incluindo instalações elétricas, hidráulica, de lógica, sala técnica e pintura.



## APRIMORAR A INFRAESTRUTURA E A GOVERNANÇA DE TIC

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Elaboração e aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2019-2021.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Inclusão de 72 projetos de TIC a serem desenvolvidos/implantados no biênio 2019-2021.</li></ul>
Entrega da segunda fase da Consulta Processual do PJe.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Possibilidade de consulta de terceiros e consulta a processo de Tribunal diverso.</li></ul>
Aumento da largura de banda do link de Internet em 60% (de 125 Mbps para 200 Mbps), sem custo extra para o Tribunal.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Maior velocidade e implementação de novos serviços.</li></ul>
Finalização da segunda fase do Sistema de Interligação Bancária (SIB).	<ul style="list-style-type: none"><li>● Possibilidade de expedição eletrônica de alvarás de recolhimento (DARF, GRU, GPS e FGTS).</li></ul>
Implantação do módulo FolhaWeb.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Controle da folha de pagamento do Tribunal.</li></ul>
Implantação do Service Desk.	<ul style="list-style-type: none"><li>● O service desk se destina a realizar o primeiro atendimento ao usuário, proporcionando uma redução no tempo dos atendimentos da STI.</li></ul>
Finalização da terceira fase da Consulta Pública Processual do PJe.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Possibilidade de acesso à íntegra do processo pela própria parte.</li></ul>
Entrega de novos Painéis Orçamentários do SIGEO.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Melhor acompanhamento às informações sobre orçamento constantes no sistema SIGEO.</li></ul>
Reorganização dos racks de todas as salas técnicas da capital.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Maior celeridade quando forem feitas manutenções nesses equipamentos.</li></ul>
Revisão da Política de Segurança da Informação (RA nº 145/2019).	<ul style="list-style-type: none"><li>● Alinhamento da governança e gestão de segurança da informação ao Sistema de Governança Institucional do TRT (RA nº 83/2018); e</li><li>● Atualização, organização e aprimoramento do documento da política para maior clareza dos princípios, diretrizes, estruturas organizacionais e responsabilidades.</li></ul>
Realização de pesquisa interna de satisfação dos usuários de TIC.	<ul style="list-style-type: none"><li>● Coleta de informações sobre a qualidade dos principais</li></ul>

	<p>serviços de TIC, com identificação dos aspectos mais relevantes e de pontos de melhoria, a partir da avaliação dos usuários internos, permitindo a formulação de ações visando a constante evolução.</p>
Revisão da Política de Governança e Gestão de TIC (RA nº 148/2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização de dispositivos para alinhamento ao Sistema de Governança Institucional (RA 83/2018) e à Política de Segurança da Informação (RA nº 145/2019); e</li> <li>• Inclusão de novos processos de alinhamento para assegurar a avaliação, a direção e o monitoramento do uso efetivo da TI</li> </ul>
Conscientização, treinamento e educação em segurança da informação para o público interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão do curso EAD Básico de Segurança da Informação e da Cartilha de Segurança da Informação, de modo a manter atualizados os recursos de educação, treinamento e conscientização sobre o tema "segurança da informação"; e</li> <li>• Elaboração de vídeo instrucional sobre segurança em home office, por conta do período de pandemia.</li> </ul>
Disponibilização de painel de apregoamento para o público externo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com o advento das audiências remotas, foi disponibilizada versão do Painel de Apregoamento com permissão de visualização para o público externo, de modo que advogados e partes pudessem acompanhar, em tempo real, o andamento das audiências das varas, monitorando o momento adequado para que entrassem nas salas virtuais;</li> </ul>
Integração do Sistema de Postagem do TRT-18 com o SRO dos Correios (postagem eletrônica)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Postagem de correspondência por meio eletrônico;</li> <li>• Acompanhamento dos códigos de rastreamento;</li> <li>• Juntada dos comprovantes de entrega de correspondência no PJe.</li> </ul>
Integração com o Cadastro Nacional de Advogados - CNA da OAB via webservice	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forma mais segura e confiável de verificar a situação cadastral dos advogados perante à OAB.</li> </ul>
Rotina de envio automático de dados ao CNJ	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envio mensal de informações ao CNJ obtidas do PJe em cumprimento ao Ofício Circular CSJT.GP.SG.SETIC Nº 4/2020.</li> </ul>
Gravação de audiências nas Varas de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gravação das audiências de instrução com sua respectiva</li> </ul>

	<p>disponibilização no PJe mídias, devido às medidas de distanciamento ocasionadas pela pandemia de COVID-19.</p>
<p><b>Ações de infraestrutura e atendimento de TIC para viabilizar a expansão do trabalho remoto em virtude da pandemia d COVID-19</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Configuração e disponibilização de equipamentos do Tribunal (desktops, notebooks, periféricos) para utilização nas residências de magistrados e servidores;</b></li> <li>● <b>Criação de página na intranet para possibilitar o acesso / cópia de arquivos da unidade G: de forma direta, sem necessidade de utilização do Gabinete Virtual e / ou VPN;</b></li> <li>● <b>Oferta de opções para atendimento das ligações telefônicas nos ramais corporativos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <b>Habilitação de desvio de ramal para celular;</b></li> <li>○ <b>instalação de softphone em celular;</b></li> <li>○ <b>instalação de softphone em computador pessoal;</b></li> </ul> </li> <li>● <b>Aprimoramento da base de conhecimento Wiki para permitir o autoatendimento pelo próprio usuário;</b></li> <li>● <b>Desenvolvimento de vídeos autoinstrucionais pelo YouTube orientando sobre a configuração dos equipamentos, melhores práticas de segurança da informação e erros conhecidos nos principais sistemas;</b></li> <li>● <b>Ajustes na infraestrutura para suportar a demanda adicional de acesso externo e de uso do Gabinete Virtual;</b></li> <li>● <b>Retirada a restrição de gravação de arquivos de vídeo nas unidades de rede, permitindo o recebimento de mídias por meio digital, substituindo a necessidade da entrega presencial;</b></li> <li>● <b>Liberação da utilização de VPN por magistrados e servidores em trabalho remoto, de modo a permitir acesso à rede interna do Tribunal;</b></li> <li>● <b>Redução de custo do contrato de outsourcing do contrato de impressão, haja vista a grande redução de impressões por conta da realização de trabalho remoto pelos magistrados e servidores.</b></li> </ul>
<p>Reorganização da rede cabeada na capital e no interior</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Finalização da reorganização da rede cabeada nos edifícios da capital (Fórum e Ialpa) e nas unidades judiciárias do interior;</li> <li>● Diminuição da indisponibilidade dos serviços relacionados a problemas de conexão de rede de dados.</li> </ul>

<p>Implantação de controles tecnológicos de proteção da informação sigilosa</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento das Normas de Classificação da Informação Sigilosa e das informações sigilosas já classificadas no Tribunal;</li> <li>• Definição da solução VeraCrypt como solução homologada para realizar a criptografia de documentos sigilosos, bem como a disponibilização de manuais na Wiki com instruções para criar, montar e desmontar volumes com esta solução.</li> </ul>
<p>Implantação do Sistema de Gestão de Contratos - SIGEC, desenvolvido pelo TRT23</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Otimização e melhoria nos processos de planejamento da contratação, gestão de contratos e acompanhamento da execução orçamentária;</li> <li>• Realização de piloto na STI, para testes e avaliação dos sistema.</li> </ul>



### **Instalação de novos equipamentos de processamento e armazenamento de dados (Blades e Storage).**

- **Resultados alcançados:** maior velocidade e estabilidade em todos os sistemas entregues pela STI, a exemplo do PJe e Sisdoc.

## Finalização do projeto “Central de Execuções”.

- **Resultados alcançados:** automatização de pesquisa em diversos convênios, dispensando, assim, que as Varas tenham que fazer a mesma pesquisa repetidas vezes. Os convênios cobertos pela ferramenta são:
- Bacenjud
  - Conectividade Caixa
  - CCS
  - CNIB
  - Infojud
  - JUCEG
  - Renajud
  - SIEL (TRE)



**Painel de apregoamento de audiências está disponível no portal do TRT-18** como uma ferramenta adicional para os advogados e partes com o intuito de propiciar o acompanhamento remoto da pauta, bem como os horários de início e término das audiências a fim de que possam ser monitorados os momentos adequados de ingresso nas salas virtuais. A referida ferramenta, que pode ser acessada por meio do link <http://www.trt18.jus.br/portal/servicos/apregoamento/>, é mais uma ação no sentido de mitigar os efeitos da pandemia da covid-19.

TRT GOIÁS		CEJUSC GOIÂNIA				16:46
HORA	LOCAL	TIPO	SITUAÇÃO	RECLAMANTE	RECLAMADO	PROCESSO
11:10	5ªVT M5	INI	PRÓXIMA	LUCIRENE C.L.	TU T.H.K.L.-.M.	0010232-35.2020.5.18.0005



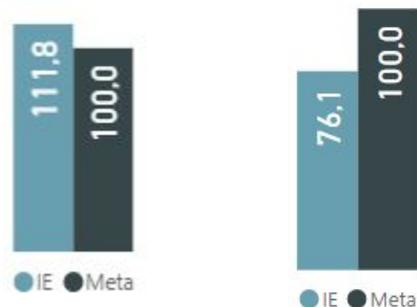
## AGILIZAR O TRÂMITE DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
<p>Adesão ao convênio do IEPTB: Sistema que permite a substituição da solicitação de protesto da dívida em cartório feita por ofício, em papel, para o meio eletrônico.</p>	<p>Sistemas em fase inicial de utilização pelas unidades judiciárias.</p>
<p>Assinatura de convênio com a ANOREG para uso do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis de Goiás – SREI: Permite o acesso de juízes e servidores deste Regional ao SREI, o qual possibilita a consulta e a visualização de matrículas de imóveis, certidões e, também, a expedição de mandados para fins de ordens de construção, bem como qualquer outra ordem judicial relativa ao imóvel junto aos Cartórios de Registro de Imóveis.</p>	
<p>Ampliação do convênio com o DETRAN-GO para acesso ao RENACH (Registro Nacional de carteira de Habilitação) com o fim de efetuar operações relativas à consulta de dados do condutor, como habilitação, mudança de categoria, penalidades, suspensões do direito de dirigir, mudança de domicílio, transferência de Estado, emissão de CNH e da PID (Permissão Internacional para Dirigir), bem como de realizar bloqueio de CNH dos executados pela Justiça do Trabalho, quando assim determinar o magistrado.</p>	
<p>Projeto "Central de Execuções" - Finalização do projeto "Central de Execuções", o que propiciará automatização de pesquisa em diversos convênios, dispensando, assim, que as Varas tenham que fazer a mesma pesquisa repetidas vezes. Os convênios cobertos pela ferramenta são: Bacenjud, Conectividade Caixa, CCS, CNIB, Infojud, JUCEG, Renajud e SIEL (TRE).</p>	<p>Sistemas em fase inicial de utilização pelas unidades judiciárias.</p>
<p>Implantação do Sistema de Investigação de Valores e Informações -SIVI.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Antecipação do Projeto Garimpo para levantamento dos saldos de depósitos judiciais; e</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O sistema disponibiliza as seguintes ferramentas: lista de maiores devedores, lista de processos em fase de execução com saldo bancário, lista de processos com partes no CNDT, consulta contas judiciais cujos processos estão em trâmite e arquivados.</li> </ul>
Semana Nacional de Execução do CSJT - PA 6363/2013.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Audiências realizadas: 176</li> <li>• Acordos homologados: 60</li> <li>• Valores dos acordos homologados: R\$ 1.237.948,80</li> <li>• Recolhimento previdenciário em fase de execução - INSS: R\$ 5.977,80</li> <li>• Recolhimento fiscal em fase de execução - Imposto de Renda: R\$ 1.144,86</li> </ul>
Centralização do envio de ofícios, alvarás e guias para a CEF por intermédio da SGJ, durante a suspensão das atividades presenciais no Tribunal, ocasionada pela pandemia de COVID-19.	Garantia da continuidade do envio de ordens judiciais de levantamento ou transferência que não podem ser enviados por via eletrônica, possibilitando o levantamento de valores pelos destinatários e os recolhimentos tributários dos processos.

## ÍNDICE DE EXECUÇÃO (META 5 DO PODER JUDICIÁRIO)

<b>2019</b>	<b>2020</b>
	<b>(1º semestre)</b>
<b>1º grau</b>	<b>1º grau</b>



## ASSEGURAR A CELERIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

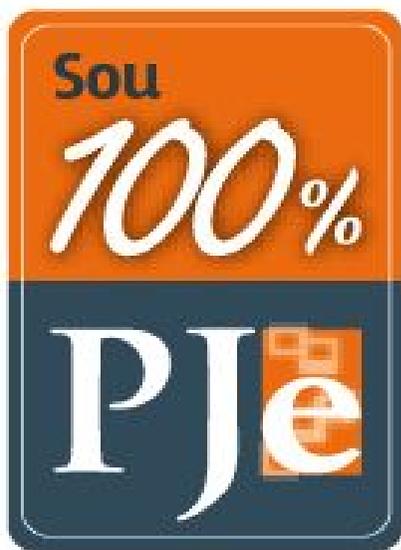
INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Disponibilização do Sistema de Controle de Depósitos Judiciais do Banco do Brasil (SISCONDJ): Automatização da gestão dos depósitos judiciais e alvarás eletrônicos com o Banco do Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agilidade e segurança para liberação de pagamentos dos alvarás judiciais às partes; e</li> <li>• Redução da ida de partes e advogados aos balcões das Secretarias e agências bancárias.</li> </ul>
Implantação da Comunicação Eletrônica, via Portal do PJE-PJExpress ou pelo DEJT. Tem por finalidade viabilizar a expedição eletrônica de comunicação dos atos processuais (citações, intimações e notificações) às partes previamente cadastradas, utilizando-se das modalidades instituídas pela Portaria TRT 18ª GP/SGJ nº 2745/2019.	Ainda não há aferição quanto aos resultados, uma vez que ainda não houve adesão/cadastro das empresas.
Adesão ao Acordo de Cooperação ao Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE, para possibilitar o acesso deste Tribunal, por meio da internet, ao cadastro mantido pelo Departamento Empresarial e Integração - DREI, com a finalidade de pesquisa, consulta a dados cadastrais e emissão de relatórios, sem valor de	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O ajuste permitirá a consulta a informações centralizadas das 27 Juntas Comerciais dos Estados. O procedimento encontra-se em trâmite, aguardando assinatura do Convênio (PA 8107/2018).</li> </ul>

<p>certidão, com vista à elaboração de políticas públicas relacionadas às suas atividades institucionais.</p>	
<p>ENEL Goiás - Disponibilização de acesso a plataforma denominada PORTAL JUDICIÁRIO, para consulta de dados pessoais cadastrais e específicos de clientes da ENEL, via internet, permitindo a localização de partes, testemunhas ou pessoas vinculadas aos processos judiciais, pelos endereços residenciais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior agilidade.</li> </ul>
<p>Implantação da iniciativa da 11ª Vara do Trabalho para atendimento via WhatsApp.</p>	<p>Prospecção e disseminação do aplicativo “WhatsApp Business” pela SGJ. O aplicativo passou a ser importante ferramenta para as unidades judiciárias no suporte às audiências telepresenciais, bem como para outras unidades administrativas.</p>
<p>Criação de rotina para funcionamento telepresencial do Setor de Atermação.</p>	<p>Garantiu a continuidade do atendimento aos cidadão desassistido de advogado, possibilitando o ajuizamento de ações como <i>jus postulandi</i>, mesmo diante da suspensão do atendimento presencial.</p>
<p>Desenvolvimento dos seguintes Sistemas/aplicações para substituição dos que utilizam a tecnologia OracleForms:</p> <p>a) Sistema para peticionamento em processos arquivados não migrados dos sistemas legados (SAJ e SAP 2) para o Pje;</p> <p>b) Guia de Retenção de Imposto de Renda, GRU e GPS (formulários disponibilizados no portal: <a href="http://www.trt18.jus.br/portal/servicos/guias-e-recolhimentos/">http://www.trt18.jus.br/portal/servicos/guias-e-recolhimentos/</a> );</p> <p>c) Rotina de remessa e recebimento de processos entre as Unidades Judiciárias e a Secretaria de Cálculos;</p> <p>d) Evolução do Sistema de Interligação Bancária - SIB (Alvará Eletrônico da CEF) para inclusão do 2º Grau, bem como para emissão de ordens de recolhimento em GRU, DARF e GPS;</p> <p>e) Evolução do sistema E-Guias (troca de arquivos referentes a contas judiciais com a CEF) para desvinculação dos sistemas legados;</p>	<p>Todos esses sistemas foram criados em razão do término da utilização da tecnologia <i>OracleForms</i> por parte do Tribunal. A implementação das aplicações não apenas permitiram a continuidade do uso de funcionalidades de acordo com o novo padrão tecnológico adotado pelo Tribunal, como também representaram avanços e inovações de rotinas de trabalho pelas unidades judiciárias, incrementando agilidade na prestação judiciária à sociedade.</p>

f) Evolução do Robô CLE (rotina automatizada para migração de processos para o PJe): adaptação às novas versões do PJe e disponibilização do cadastro de todos os processos pendentes no SAJ para migração (remanescentes não enquadrados na regra do selo “100% PJe);

g) Utilização do sistema nacional GPREC para substituição dos sistemas Precatório 21 e SAP 2;

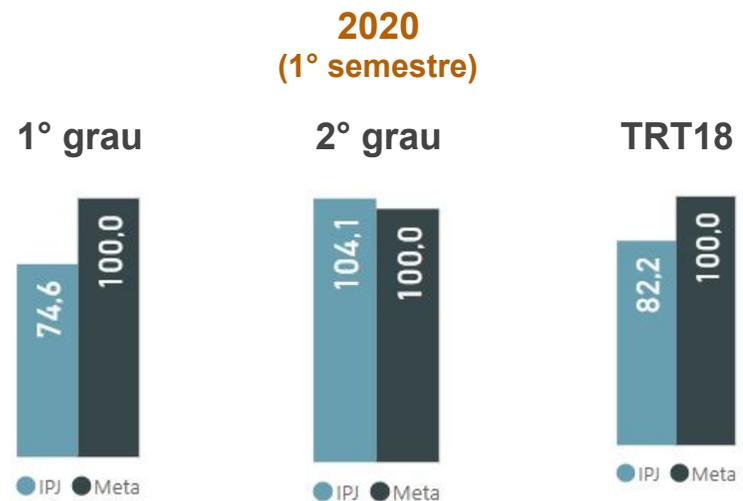
h) Criação de diversos relatórios no SAOPJe para facilitar a gestão dos processos no PJe e eliminar eventual dependência do SAJ.



### **Migração de 100% dos processos pendentes de baixa dos sistemas legados (SAJ e SAP) para o PJe.**

- **Resultados alcançados:** Otimização dos serviços de Secretaria, Gabinetes e Turmas.

**ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS (META 1 DO PODER JUDICIÁRIO)**

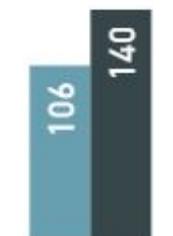


**TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO (METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO)**

**2019**

**2020  
(1º semestre)**

1º grau



● TMDP ● Meta

2º grau



● TMDP ● Meta

1º grau



● TMDP ● Meta

2º grau



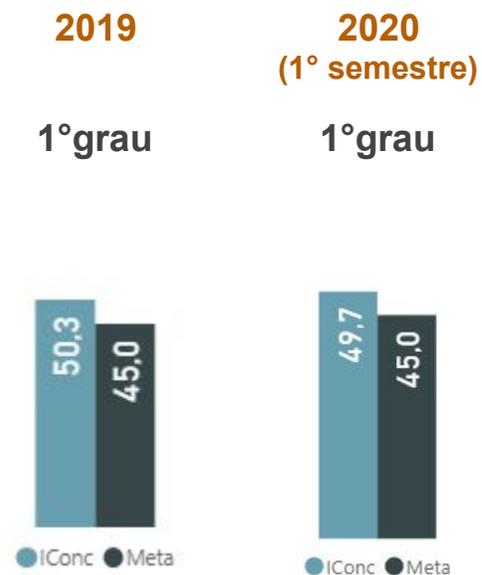
● TMDP ● Meta



## ESTIMULAR A CONCILIAÇÃO

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Instalação dos CEJUSC'S de Aparecida de Goiânia (Portaria TRT 18ª GP/SGJ nº 1591/2018) e Itumbiara (Portaria TRT 18ª GP/SGJ nº 3840/2019).	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento no número de conciliações; e</li><li>• Melhoria na gestão da massa processual e da pauta de audiências pelas unidades.</li></ul>
Semana Nacional de Conciliação do CNJ.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento do índice de conciliação do Regional;</li><li>• Audiências de conciliação designadas: 473</li><li>• Audiências de conciliação realizadas: 461</li><li>• Quantidade de acordos homologados: 129</li><li>• Valores homologados: R\$ 1.128.504,00</li></ul>
Semana Nacional de Conciliação do CSJT.	<ul style="list-style-type: none"><li>• A V Semana Nacional da Conciliação Trabalhista resultou num total de 2.102 audiências e R\$ 15.870.652,46 em conciliações.</li></ul>

## ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO (META 3 DO PODER JUDICIÁRIO)



### GERIR AS DEMANDAS REPETITIVAS E OS GRANDES LITIGANTES

#### INICIATIVAS

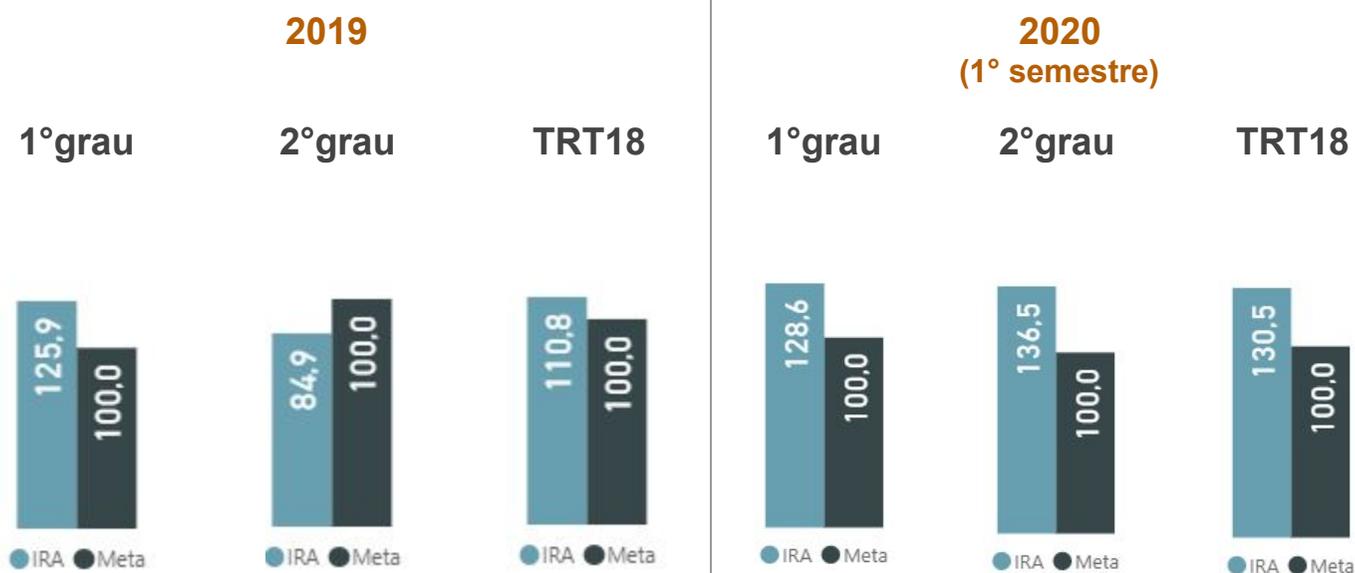
Análise, em conjunto com a Divisão de Estatística, Pesquisa e Inovação, a fim de regularizar as movimentações processuais

#### RESULTADOS ALCANÇADOS

- Conhecimento pelas Unidades Judiciárias dos Grandes Litigantes

identificando os Grandes Litigantes.	
Implantação do Sistema de Investigação de Valores e Informações -SIVI.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema permite a consulta da lista de maiores devedores e da lista de processos com partes no CNDT, visando a gestão dos processos para reunião das execuções.</li> </ul>

## ÍNDICE DE REDUÇÃO DO ACERVO DOS MAIORES LITIGANTES (META 7 DO PODER JUDICIÁRIO)





## APRIMORAR E AGILIZAR OS TRÂMITES ADMINISTRATIVOS

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Assinatura eletrônica no SISDOC para propostas de preços em licitações nas quais a habilitação é exclusivamente por SICAF e documentos obtidos pela internet.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Redução do prazo para conclusão da licitação com a supressão, nestes casos, da fase de envio de documentos originais pelos correios.</li></ul>
Utilização do SILC (Sistema Integrado de Licitações e Contratos).	<ul style="list-style-type: none"><li>• Registro e controle dos processos administrativos, com o aprimoramento dos fluxos de trabalho, diminuição de atividades manuais e do tempo de tramitação dos processos.</li></ul>
Desdobramento da estratégia (construção de planos de ação) em 05 (cinco) unidades administrativas: SMPROJ, DML, SLC, SOF e Ouvidoria.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelecimento de iniciativas para atingimento dos objetivos estratégicos do Tribunal;</li><li>• Integração das equipes; e</li><li>• Melhorias e inovações em processos de trabalho.</li></ul>
Novo modelo do Plano Anual de Contratações, denominado agora Plano Anual de Licitações e Contratos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Modelo alinhado à Política de Governança e Gestão Orçamentária de Contratações.</li></ul>
Desenvolvimento de sistema de emissão de certidões on line para o público interno	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mudança do sistema de busca manual para o sistema de busca eletrônica, agilizando e tornando mais segura a emissão de certidões de ações propostas e certidões de prática jurídica para advogados.</li></ul>



**Instituição do COMITÊ DE CONTRATAÇÕES** (Portaria TRT 18ª GP/SGGOVE nº 3258/2019), que subsidiará a Alta Administração nas decisões relativas às contratações, propiciando aprimoramento da governança e da gestão de contratações.



Em 2019, o “Tempo médio de duração dos processos de concessão de benefícios a magistrados” foi de apenas **9 dias** e a “Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores solucionados no prazo” foi de **86,70%** .

No primeiro semestre de 2020, o “Tempo médio de duração dos processos de concessão de benefícios a magistrados” foi de apenas **6 dias** e a “Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores solucionados no prazo” foi de **87,47%** .

Em relação às contratações, no ano de 2019 foram realizadas **71** licitações na modalidade **PREGÃO** e o tempo médio de duração foi de **112 dias**. No primeiro semestre de 2020, foram realizadas **43** licitações na modalidade **PREGÃO** e o tempo médio de duração foi de **104,6 dias**.



**FORTALECER OS PROCESSOS DE GOVERNANÇA**

**INICIATIVAS**

**RESULTADOS ALCANÇADOS**

<p>Instituição da Política de Gestão de Riscos (RA nº 78/2019) e do Plano de Gestão de Riscos (Portaria TRT 18ª GP/SGGOVE nº 2618/2019); da Política de Governança e Gestão Orçamentária e de Contratações (RA nº 81/2019); da Política de Governança e Gestão de Pessoas (RA nº 79/2019), bem como do Plano de Contribuição de Gestão de Pessoas (Portaria GP/SGGOVE/SGPe nº 2356/2019).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento de diretrizes, princípios e responsabilidades relativos a riscos; governança e gestão orçamentária e de contratações; e governança e gestão de pessoas.</li> </ul>
<p>Aprovação do Plano Estratégico de Comunicação (RA nº 28/2019).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento dos objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas de comunicação institucional.</li> </ul>
<p>Monitoramento de iniciativas oriundas da Política de Governança e Gestão de Pessoas, assim como de iniciativas, indicadores e metas do Plano de Contribuição de Gestão de Pessoas (COLABORA).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolvimento das unidades de gestão de pessoas para consecução das diretrizes estabelecidas pela Política e alcance dos indicadores e metas estabelecidos no Plano; e</li> <li>• Acompanhamento objetivo das ações de gestão de pessoas, permitindo subsídios mais concretos à Alta Administração.</li> </ul>
<p>Desdobramento da estratégia (construção/atualização de planos de ação) nas Varas do Trabalho do interior.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorias e inovações em processos de trabalho e integração das equipes.</li> </ul>
<p>Regulamentação das ocupações críticas e atribuições funcionais críticas do Tribunal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrumento normativo contendo tabelas com ocupações críticas (e atribuições funcionais críticas) do TRT 18ª Região (fruto da Oficina realizada em 2019);</li> <li>• Possibilidade de embasamento técnico às tomadas de decisão da alta administração quanto a priorização de capacitações relativas a essas ocupações, bem como possibilidade de suporte ao estudo para futura política de sucessão da instituição.</li> </ul>
<p>Regulamentação do processo de ressarcimento de dano ao Erário e de tomada de contas especial no âmbito do Tribunal</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrumento normativo que prevê os procedimentos para garantir o ressarcimento de danos ao Erário decorrentes de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos;</li> <li>• Normatização do procedimento para instauração, organização e encaminhamento de tomadas de contas especial ao Tribunal de Contas da União.</li> </ul>
<p>Relatório do Resultado da Pesquisa de Gestão de Riscos no TRT da 18ª Região  <a href="https://www.trt18.jus.br/intranet/governanca-divulga-resultados-da-pesquisa-sobre-gestao-de-riscos-no-trt-18/">(https://www.trt18.jus.br/intranet/governanca-divulga-resultados-da-pesquisa-sobre-gestao-de-riscos-no-trt-18/)</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disseminação da cultura de gestão de riscos;</li> <li>• Diagnóstico do estágio atual da gestão de riscos no Tribunal; e</li> <li>• Embasamento em tomadas de decisões referentes à gestão de riscos.</li> </ul>

Atualização do Manual de Organização Administrativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização das atribuições administrativas das seções, setores e outras subunidades de <i>status</i> hierárquico inferior à gerência.</li> </ul>
Relatório da Análise do Impacto nos Negócios - BIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação das informações necessárias para auxiliar na definição da estratégia de continuidade adequada ao Tribunal, bem como na elaboração do Plano de Continuidade de Negócios.</li> </ul>

## DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA

Foi realizado o desdobramento da estratégia em 05 (cinco) unidades administrativas, ocasião em que foram construídos planos de ação para atingimento dos objetivos estratégicos do Tribunal. Os eventos proporcionaram integração das equipes, bem como melhorias e inovações em processos de trabalho. Na ordem, as fotos das reuniões com Secretaria de Manutenção e Projetos; Secretaria de Licitações e Contratos; Divisão de Material e Logística; Secretaria de Orçamento e Finanças e Ouvidoria.





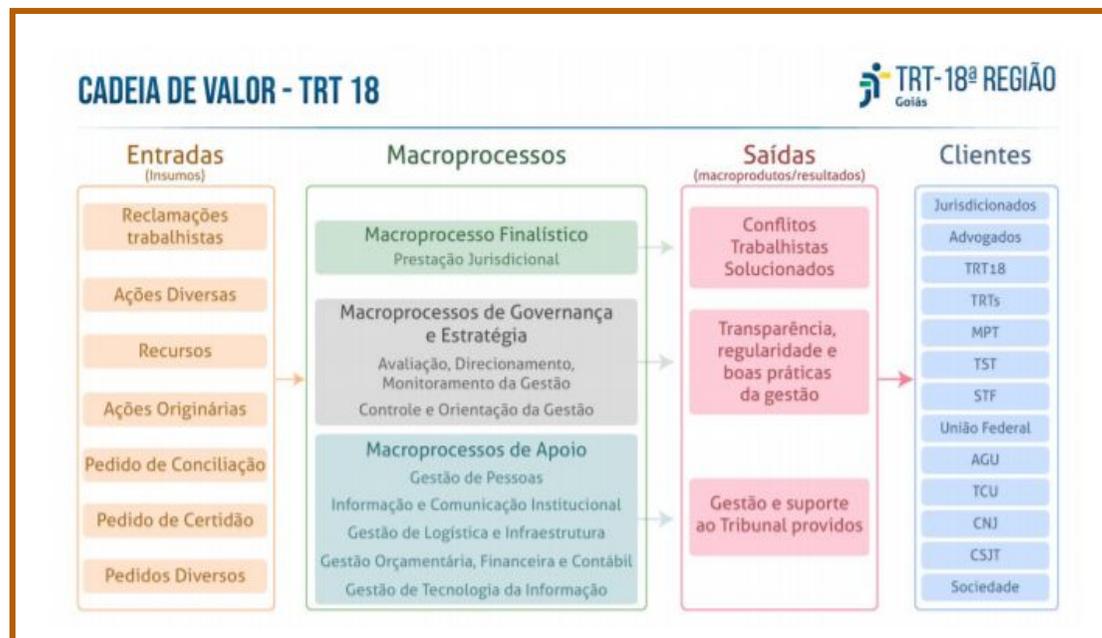
## Instituição do Programa de Integridade do TRT 18ª Região

### Benefícios:

- Compilação, num único documento, dos elementos da instituição que se destinam a garantir a ética, prevenir, detectar e punir fraudes, atos de corrupção, irregularidades e desvios de conduta, possibilitando integração desses elementos;
  - Aprimoramento dos controles existentes nos processos organizacionais, por meio de monitoramento sistematizado;
  - Possibilidade de suporte técnico às tomadas de decisão da alta administração.

## Instituição da nova Cadeia de Valor do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

- Comunicação ao público interno e externo para deixar claro o que o Tribunal realiza;
- Identificação dos principais processos de trabalho;
- Servir de referência para práticas de Gestão tais como a Gestão de Riscos, a Gestão de Competências, o Planejamento e Gestão de Indicadores e, ainda, a Auditoria e Controle.



**ASSEGURAR A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E GARANTIR OS DIREITOS DA CIDADANIA**

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
<p>O Tribunal realizou, em 2019, três processos participativos para a elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário para 2020: Audiência Pública; Reunião com Magistrados e Servidores de 1º e 2º graus; e Consulta Pública. No primeiro semestre de 2020, foi realizada Consulta Pública, envolvendo a sociedade, para definição das metas do ano 2021.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação das metas nacionais;</li> <li>• Acompanhamento dos resultados parciais das metas; e</li> <li>• Participação de servidores, magistrados, ministério público, advogados, associações e sociedade no processo de elaboração das metas para o ano 2020 e 2021.</li> </ul>
<p>Produção do encarte institucional sobre a Justiça do Trabalho e o</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrega de material informativo para diversas autoridades com</li> </ul>

TRT18.	o intuito de fortalecer a imagem e o papel institucional da Justiça do Trabalho.
Reformulação do atendimento presencial e telefônico no balcão de atendimento do Fórum: aumento do número de atendentes (de 3 para 6) com o respectivo treinamento, assim como o monitoramento do atendimento das ligações telefônicas pelas referidas atendentes, pelas Varas do Trabalho e pelo JAE.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ficou resolvida a insatisfação dos usuários que resultava em um número excessivo de reclamações junto a Ouvidoria.</li> </ul>
Realização do evento “Abril Verde - Pela Saúde e Segurança do Trabalhador”.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conscientização quanto à prevenção de acidentes de trabalho.</li> </ul>
Participação do Tribunal no projeto “Viva o tempo de brincar e aprender”, coordenado pelo Fepetiago - Fórum Goiano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Promoção da Aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação no Setor Madre Germana, em Aparecida de Goiânia, reuniu centenas de pessoas que participaram de diversas atividades sociais e educativas, com foco na criança e no adolescente. Juízes do Trabalho estiveram presentes conversando com as pessoas e distribuindo cartilhas sobre o tema.</li> </ul>
Realização, em 2019, de quatro edições do projeto “Café Seguro - Pela Saúde e Segurança do Trabalhador”, em que o Tribunal vai às empresas, e de uma edição, em 2020.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esclarecimento sobre a importância da prevenção de acidentes do trabalho; e</li> <li>• Palestras e oferta de um café da manhã aos trabalhadores: Sindiposto, Enec Engenharia, Enel e São Salvador Alimentos.</li> </ul>
Participação do Tribunal no Projeto “Trindade - Tolerância Zero Contra a Exploração e o Trabalho Infantil”, que tem por objetivo sensibilizar as pessoas que frequentam a cidade por ocasião da Festa do Divino Pai Eterno.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Tribunal entregou 500 kits escolares a crianças carentes da região, além de realizar evento educativo com 120 crianças do programa Polícia Militar Mirim em Trindade-GO.</li> </ul>

<p>Atualização do layout do portal do TRT-18 conforme nova identidade visual da Justiça do Trabalho, bem como produção de layout responsivo a telas menores.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• O acesso aos serviços do TRT18 por meio do portal foi facilitado, tendo em vista layout unificado para toda a JT do país, bem como foi conferido acesso amigável por meio de celulares e tablets ao portal do TRT18.</li></ul>
<p>6ª Corridinha.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Divulgação do tema “Trabalho Infantil não é brincadeira”. Cerca de 40 crianças de uma escola pública da periferia participaram do evento.</li></ul>
<p>Evento de Acessibilidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conscientização sobre a questão da acessibilidade.</li></ul>
<p>Campanha mídia em ônibus na Grande Goiânia.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Divulgação sobre a importância do combate ao trabalho infantil, com o lema “Criança não deve trabalhar, infância é para sonhar”, por meio de veiculação em 14 ônibus em circulação na Grande Goiânia, com grande alcance na população.</li></ul>
<p>Oficina participativa quanto à Política de Responsabilidade Socioambiental.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Levantamento de propostas para construção da Política de Responsabilidade Socioambiental.</li></ul>

<p>Regulamentação do uso de equipamentos de impressão no Tribunal (Portaria TRT 18ª GP/SGGOVE nº 417/2020).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicação de normativo, que regulamentou a utilização de equipamentos de impressão no Tribunal e atribuiu responsabilidade aos gestores de monitoramento das impressões dos servidores da sua respectiva unidade, prevendo ressarcimento ao erário das impressões particulares.</li> </ul>
<p>Plano de Logística Sustentável 2017-2020 - versão 2020.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foi aprovado pelo Comitê de Eficiência de Gastos o Plano de Logística Sustentável - versão 2020, voltado para o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público e uso sustentável de recursos. O PLS contempla objetivos, metas e planos de ação acerca dos indicadores previstos na Resolução CNJ nº 201/2015, traçados a partir do levantamento promovido com as unidades diretamente envolvidas com os temas.</li> </ul>
<p>Plenária da Política de Responsabilidade Socioambiental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Debate sobre a minuta da Política de Responsabilidade Socioambiental, com o envolvimento dos gestores do Tribunal e de entidades parceiras (Ministério Público do Trabalho, AGATRA, AMATRA e ASJUSTEGO).</li> </ul>
<p>Exibição do conteúdo de mídia indoor e veiculação da Rádio TRT Goiás nas salas de espera das VTs da capital e em algumas VTs do interior, por meio de novas TVs instaladas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do alcance das notícias e campanhas veiculadas na mídia indoor e Rádio TRT Goiás</li> </ul>

## TRT PARA TODOS - ADVOGADOS

Fruto da parceria firmada entre a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás e o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, foi realizada uma edição do projeto “TRT para Todos” voltada aos advogados goianos. O encontro promoveu integração entre servidores e magistrados do TRT18 e os advogados, bem como disseminação de conhecimento, de boas práticas e de ações institucionais judiciárias e administrativas.





**Implantação da CENTRAL UNIFICADA DE SEGURANÇA e do controle de acesso de pessoas e veículos, cujos benefícios foram:**

- Implementação do monitoramento de segurança, por meio de câmeras e sensores, em todas as unidades do Tribunal (capital e interior);
- Controle e registro visual dos acessos de servidores na entrada de pedestres e de veículos do Fórum Trabalhista de Goiânia; e
- Controle e registro visual dos acesso de veículos, por meio de reconhecimento inteligente de placas, no estacionamento do Fórum Trabalhista de Goiânia.



**Disponibilização de seis módulos no Sistema Hórus 18:**

- Metas CNJ/CSJT;
- Oficiais de Justiça;
- CEJUSC;
- Cálculos Judiciais;
- iGest; e
- Estoque Processual.



**O TRT 18, pela primeira vez desde que estabelecidas, CUMPRIU EM 2019 TODAS AS METAS DO PODER JUDICIÁRIO E ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO.**

O Tribunal foi premiado em 2019  
na categoria OURO no Prêmio  
CNJ de Qualidade.





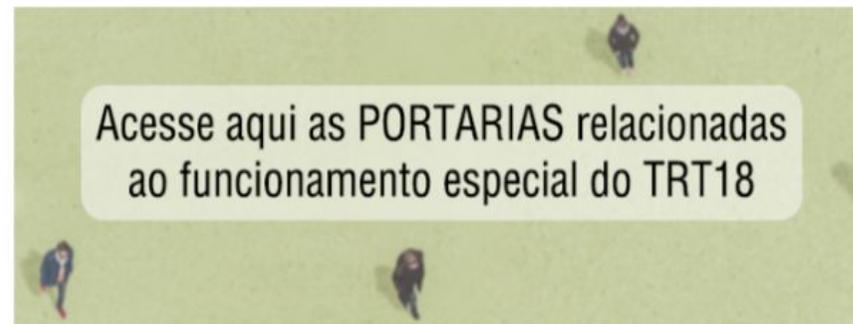
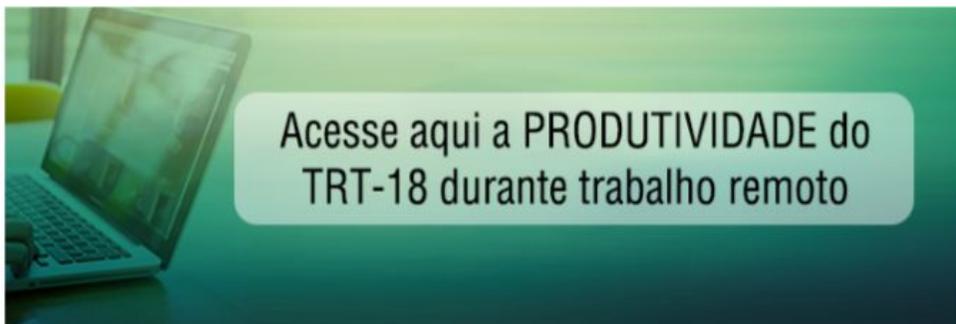
O projeto **Café Seguro - Pela Saúde e Segurança do Trabalhador** foi aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça e cadastrado como boa prática no “Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário”, no eixo temático Acesso à Justiça e Cidadania.



### **Transmissões ao vivo das sessões de julgamento, a partir de 30/4/2020.**

- Possibilidade de acompanhamento das sessões de julgamento durante a pandemia e, também, após retorno das atividades presenciais;
- Possibilidade de advogados realizarem sustentações orais de seus escritórios ou de suas residências, em qualquer cidade do país, sem necessidade de se deslocarem até Goiânia.

## Implementação da Central de Informações sobre o funcionamento do TRT-18 durante a pandemia.



## CONCLUSÃO

Este Relatório de Iniciativas contempla as principais ações realizadas, até o momento, na Gestão 2019/2021.

Mesmo diante das dificuldades impostas pelo cenário de enfrentamento da pandemia, as áreas demonstraram que, a despeito da atipicidade do contexto, muitas iniciativas foram passíveis de serem concluídas no primeiro semestre de 2020.

Inúmeros estão sendo os obstáculos ocasionados pela pandemia, mas, por outro lado, os avanços em diversas áreas, sobretudo na utilização dos recursos tecnológicos, têm mostrado que é possível nos reinventarmos, superarmos os desafios e adquirirmos novos conhecimentos.

Graças ao esforço, comprometimento e dedicação de cada magistrado, servidor, estagiário e terceirizado esta Gestão vem atingindo os resultados propostos, pelo que agradeço cada um e solicito que continuemos engajados para o cumprimento da nossa missão institucional e satisfação da sociedade.

Paulo Pimenta  
Desembargador-Presidente  
TRT da 18ª da Região